



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO
Gabinete do Prefeito



LEI Nº. 397/2010, de 20 de maio de 2010.

“Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2011, na forma que indica e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHANO.

Faço saber que a Câmara Municipal de Palhano aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de PALHANO, Estado do Ceará, para o exercício de 2011, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.



I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2011, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 462, de 05 de agosto de 2009-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº 462/2009- STN.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos nos Art. 2º e 3º desta Lei, constituem dos seguintes:

VOLUME I

Anexo de Riscos Fiscais e Anexo de Metas Fiscais

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

I- Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais;

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO
Gabinete do Prefeito



Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º, do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º- Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo I - Metas Anuais será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2011 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 462/2009 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO
Gabinete do Prefeito



Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Art.9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três, Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior acinqüenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação. Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser

4



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO
Gabinete do Prefeito



reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios O Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 462/2009-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO
Gabinete do Prefeito



normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA. METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional. Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 462/2009-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2011, 2012 e 2013.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

6



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO
Gabinete do Prefeito



Art. 17 - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2011, 2012 e 2013.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2011, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2010 a 2013, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2011 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2011, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20 - O orçamento para o exercício financeiro de 2011 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será



estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21 - A Lei Orçamentária para 2011 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23 - O Orçamento para exercício de 2011 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativos e Executivos, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2011 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subseqüentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO
Gabinete do Prefeito



Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2011, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2010 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2010. § 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO
Gabinete do Prefeito



Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2011 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% e nem superiores a 10% das Receitas Correntes Líquidas previstas (art. 5º, III da LRF). Poderá o executivo utilizar o percentual máximo de 80 % do total do orçamento para abertura de Créditos Adicionais Suplementares.

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 30 de novembro de 2011, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2011 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2011, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO
Gabinete do Prefeito



Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade. Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2011, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2011 a preços correntes.

Art. 38 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO
Gabinete do Prefeito



Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 39 - Durante a execução orçamentária de 2011, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2011 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 40 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2011 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42 - A Lei Orçamentária de 2011 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 43 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).



Art. 44 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2011, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal, através de concurso público, a ser realizado e nomeações em decorrência de concursos já implementados, ou nomeação em caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2011.

Art. 46 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2011, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificado no exercício de 2010, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas-extras;



III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão - de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 50 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 51 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente



entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2011, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 55 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 56 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57 - Poderá ser incluído no orçamento anual para o exercício financeiro de 2011, fixação para o custeio de despesas com polícia, cartório e poder judiciário, bem como concessão de refeições, doações e suprimentos de fundo, conforme preconiza o art. 62, I da Lei Complementar nº. 101.

§ 1º - A efetivação de gastos com polícia e poder judiciário, deverá ser precedida de celebração de convênio.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO
Gabinete do Prefeito



§ 2º- As refeições e lanches, quando necessárias inclusive em datas comemorativas, serão concedidas em reuniões com autoridades de outras esferas administrativas, com membros da edilidade municipal, secretários e servidores públicos municipais.

§ 3º- As doações serão concedidas em caso de extrema necessidade, com controle e acompanhamento da Secretaria de Assistência Social, através de processo devidamente formalizado.

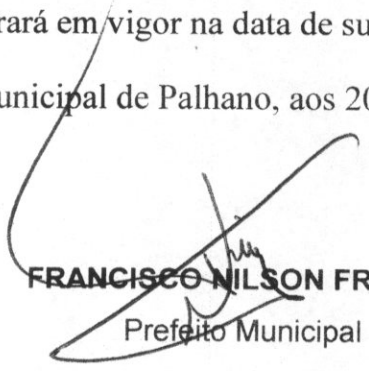
Art. 58 – As metas e prioridades da Administração Pública para o exercício financeiro de 2011 serão especificados no anexo de metas físicas que é parte integrante desta lei, as quais terão precedência de recursos na Lei Orçamentária Anual, mas não se constituem em limite à programação das despesas.

§ 1º - As metas e prioridades constantes no anexo de que trata este artigo possui caráter apenas indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o processo de planejamento municipal, podendo a lei orçamentária anual atualizá-las.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2011, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas, inclusive considerando as que se encontram em andamento de acordo com a identificação constante do PPA 2010-2013, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 59 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Palhano, aos 20 dias do mês de maio de 2010.


FRANCISCO NILSON FREITAS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhano
ESTADO DO CEARÁ

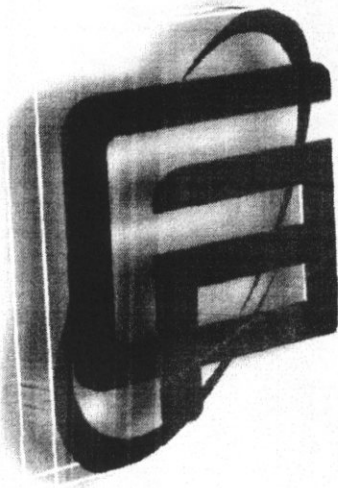
L D O

Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexos de Metas Fiscais

Ano de Referência: 2011

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a single name.

Elaboração:



CONASP
Contabilidade e Consultoria Pública

Dr.

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO			(R\$)
	2009			2010	2011	2012	
	2008	2009					
RECEITAS CORRENTES	10.566.357,90	11.802.171,13	14.669.000,00	15.842.520,00	17.347.559,40	19.082.315,34	
RECEITA TRIBUTÁRIA	248.431,22	283.681,29	285.000,00	307.800,00	337.041,00	370.745,10	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	324.575,24	439.639,25	451.000,00	487.080,00	533.352,60	586.687,86	
RECEITA PATRIMONIAL	25.253,78	15.762,38	19.000,00	20.520,00	22.469,40	24.716,34	
Aplicações Financeiras	25.253,78	15.762,38	19.000,00	20.520,00	22.469,40	24.716,34	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	111.143,82	0,00	126.000,00	136.080,00	149.007,60	163.908,36	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.844.984,82	11.000.356,16	13.760.000,00	14.860.800,00	16.272.576,00	17.899.833,60	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.969,02	62.732,05	28.000,00	30.240,00	33.112,80	36.424,08	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	104.593,45	150.000,00	162.000,00	177.390,00	195.129,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	92.093,45	150.000,00	162.000,00	177.390,00	195.129,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	50.933,59	47.122,25	192.000,00	207.360,00	227.059,20	249.765,12	
RECEITAS TRIBUTÁRIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CONTRIB. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	50.933,59	47.122,25	192.000,00	207.360,00	227.059,20	249.765,12	
RECEITAS PATRIMONIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS AGROPECUÁRIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS INDUSTRIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA		PREVISÃO		(R\$)
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZ.DE EMPRESTIMO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS REC.DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.138.281,47	-1.200.356,92	-1.479.000,00	-1.597.320,00	-1.749.065,40	-1.923.971,94	
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-1.138.281,47	-1.200.356,92	-1.479.000,00	-1.597.320,00	-1.749.065,40	-1.923.971,94	
Total	9.479.010,02	10.753.529,91	13.532.000,00	14.614.560,00	16.002.943,20	17.603.237,52	

Palhano - CE, 14 de abril de 2010

Francisco Wilson Freitas
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II - Despesas
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Pessoal e Encargos Sociais	3.624.739,13	4.995.600,97	6.441.900,00	6.957.252,00	7.618.190,94	8.380.010,03
Aplicações Diretas	-	-	-	-	-	-
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	3.624.739,13	4.995.600,97	6.441.900,00	6.957.252,00	7.618.190,94	8.380.010,03
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Aplicações Diretas	-	-	-	-	-	-
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.223.988,00	5.230.234,03	5.434.100,00	5.868.828,00	6.426.366,66	7.069.003,33
Aplicações Diretas	-	-	-	-	-	-
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	5.223.988,00	5.230.234,03	5.434.100,00	5.868.828,00	6.426.366,66	7.069.003,33
Investimentos	375.152,94	365.918,20	1.090.000,00	1.177.200,00	1.289.034,00	1.417.937,40
Aplicações Diretas	-	-	-	-	-	-
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	375.152,94	365.918,20	1.090.000,00	1.177.200,00	1.289.034,00	1.417.937,40
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Aplicações Diretas	-	-	-	-	-	-
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	-	-	-	-	-	-
Transferência de Capital	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	191.474,81	160.562,58	300.000,00	324.000,00	354.780,00	390.258,00
Aplicações Diretas	-	-	-	-	-	-
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	191.474,81	160.562,58	300.000,00	324.000,00	354.780,00	390.258,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	-	-	266.000,00	287.280,00	314.571,60	346.028,76
Total	9.415.354,88	10.752.315,78	13.532.000,00	14.614.560,00	16.002.943,20	17.603.237,52

Palhano - CE, 14 de abril de 2010

Francisco Wilson Freitas
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

V - Montante da Dívida Pública

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas	1.682.715,17	1.988.409,67	2.050.004,36	1.763.003,75	1.533.813,26	1.349.755,67
Ativo Disponível						
Haveres Financeiros	166.139,89	208.270,72	310.254,88	335.075,27	366.907,42	403.598,16
(-) Restos a Pagar	173.161,97	140.756,57	114.415,49	98.397,32	85.605,67	75.332,99
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	1.682.715,17	1.920.895,52	1.854.164,97	1.526.325,80	1.252.511,51	1.021.490,50

Palhano - CE, 14 de abril de 2010

Francisco Nilson Freitas

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - Resultado Primário
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2013
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA)	10.566.357,90	11.802.171,13	14.669.000,00	15.842.520,00	17.347.559,40	19.082.315,34
Receitas Tributárias	248.431,22	283.681,29	285.000,00	307.800,00	337.041,00	370.745,10
Receita de Contribuição	324.575,24	439.639,25	451.000,00	487.080,00	533.352,60	586.687,86
Receita Patrimonial	25.253,78	15.762,38	19.000,00	20.520,00	22.469,40	24.716,34
Aplicações Financeiras (II)	25.253,78	15.762,38	19.000,00	20.520,00	22.469,40	24.716,34
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	111.143,82	0,00	126.000,00	136.080,00	149.007,60	163.908,36
Transferências Correntes	9.844.984,82	11.000.356,16	13.760.000,00	14.860.800,00	16.272.576,00	17.899.833,60
Outras Receitas Correntes	11.969,02	62.732,05	28.000,00	30.240,00	33.112,80	36.424,08
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	50.933,59	47.122,25	192.000,00	207.360,00	227.059,20	249.765,12
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.138.281,47	-1.200.356,92	-1.479.000,00	-1.597.320,00	-1.749.065,40	-1.923.971,94
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	9.453.756,24	10.633.174,08	13.363.000,00	14.432.040,00	15.803.083,80	17.383.392,18
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	0,00	104.593,45	150.000,00	162.000,00	177.390,00	195.129,00
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (VI)	0,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	92.093,45	150.000,00	162.000,00	177.390,00	195.129,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI - VII)	0,00	92.093,45	150.000,00	162.000,00	177.390,00	195.129,00
RECEITAS NÃO-FISCAIS (OU RECEITAS FISCAIS NÃO-FISCAIS) (IX) = (III - VIII)	9.453.756,24	10.725.267,53	13.213.000,00	14.270.040,00	15.625.693,80	17.188.263,18
RECEITAS TOTAIS	10.566.357,90	11.802.171,13	14.669.000,00	15.842.520,00	17.347.559,40	19.082.315,34

ku

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - Resultado Primário
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2013
DESPESAS CORRENTES (X)	8.848.727,13	10.225.835,00	11.876.000,00	12.826.080,00	14.044.557,60	15.449.013,36
Pessoal e Encargos Sociais	3.624.739,13	4.995.600,97	6.441.900,00	6.957.252,00	7.618.190,94	8.380.010,03
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.223.988,00	5.230.234,03	5.434.100,00	5.868.828,00	6.426.366,66	7.069.003,33
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	8.848.727,13	10.225.835,00	11.876.000,00	12.826.080,00	14.044.557,60	15.449.013,36
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	566.627,75	526.480,78	1.390.000,00	1.501.200,00	1.643.814,00	1.808.195,40
Investimentos	375.152,94	365.918,20	1.090.000,00	1.177.200,00	1.289.034,00	1.417.937,40
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	191.474,81	160.562,58	300.000,00	324.000,00	354.780,00	390.258,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	375.152,94	365.918,20	1.090.000,00	1.177.200,00	1.289.034,00	1.417.937,40
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	266.000,00	287.280,00	314.571,60	346.028,76
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	9.223.880,07	10.591.753,20	13.232.000,00	14.290.560,00	15.648.163,20	17.212.979,52
DESPESA TOTAL	9.415.354,88	10.752.315,78	13.532.000,00	14.614.560,00	16.002.943,20	17.603.237,52
Resultado Primário (IX - XVII)	229.876,17	133.514,33	281.000,00	303.480,00	332.310,60	365.541,66

Palhano - CE, 14 de abril de 2010

Francisco Wilson Freitas
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

IV - Resultado Nominal
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2008 (b)	2009 (c)	2010 (d)	2011 (e)	2012 (f)	2013 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.682.715,17	1.928.409,67	2.050.004,36	1.763.003,75	1.533.813,26	1.349.755,67
DEDUÇÕES (II)	-	67.514,15	195.839,39	236.677,95	281.301,75	328.265,17
Ativo Disponível	166.139,89	208.270,72	310.254,88	335.075,27	366.907,42	403.598,16
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	173.161,97	140.756,57	114.415,49	98.397,32	85.605,67	75.332,99
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.682.715,17	1.920.895,52	1.854.164,97	1.526.325,80	1.252.511,51	1.021.490,50
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	1.682.715,17	1.920.895,52	1.854.164,97	1.526.325,80	1.252.511,51	1.021.490,50
	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
RESULTADO NOMINAL	-	238.180,35	(66.730,55)	(327.839,17)	(273.814,29)	(231.021,01)

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício financeiro anterior ao exercício de 2007

Notas:

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

Palhano - CE, 14 de abril de 2010

Francisco Wilson Freitas
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
Demonstrativo I Metas Anuais 2011

AMF - Tabela 1 (LRF, Art. 4º, §1º)

ESPECIFICAÇÃO	2011			2012			2013		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	14.614.560,00	13.998.620,69	0,026	16.002.943,20	14.692.312,52	0,027	17.603.237,52	15.496.733,89	0,028
Receitas Primárias (I)	14.594.040,00	13.978.965,52	0,026	15.980.473,80	14.671.683,35	0,027	17.578.521,18	15.474.975,25	0,028
Despesa Total	14.614.560,00	13.998.620,69	0,026	16.002.943,20	14.692.312,52	0,027	17.603.237,52	15.496.733,89	0,028
Despesas Primárias (II)	14.290.560,00	13.688.275,86	0,025	15.648.163,20	14.366.588,78	0,026	17.212.979,52	15.153.176,39	0,028
Resultado Primário (III) = (I - II)	303.480,00	290.689,66	0,001	332.310,60	305.094,58	0,001	365.341,66	321.798,66	0,001
Resultado Nominal	-327.839,17	-314.022,19	-0,001	-273.814,29	-251.389,08	0,000	-231.021,01	-203.375,72	0,000
Dívida Pública Consolidada	1.763.003,75	1.688.700,91	0,003	1.533.813,26	1.408.194,95	0,003	1.349.755,67	1.188.236,22	0,002
Dívida Consolidada Líquida	1.526.325,80	1.461.997,89	0,003	1.252.511,51	1.149.931,63	0,002	1.021.490,50	899.253,13	0,002
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS			
	2011	2012	2013
PIB real (crescimento % anual)	4,13	4,28	4,21
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	12,20	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	1,84	1,87	1,88
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,40	4,33	4,29
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	57.014.000.000,00	59.455.000.000,00	61.958.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2011	2012	2013
Valor corrente / Índice Deflação	Valor corrente / Índice Deflação	Valor corrente / Índice Deflação
1,044	1,0892	1,1359

Palhano - CE, 14 de abril de 2010

Francisco Nilton Freitas
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
2011

AMF - Tabela 2 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2009 (a)	% PIB	I - Metas Realizadas 2009 (b)	% PIB	Variação (II - I)	
					Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	10.138.000,00	0,019	10.753.529,91	0,020	615.529,91	6,07
Receitas Primárias (I)	10.103.640,00	0,019	10.725.267,53	0,020	621.627,53	6,15
Despesa Total	10.138.000,00	0,019	10.752.315,78	0,020	614.315,78	6,06
Despesas Primárias (II)	9.838.000,00	0,019	10.591.753,20	0,020	753.753,20	7,66
Resultado Primário (III) = (I - II)	265.640,00	0,001	133.514,33	0,000	-132.125,67	-49,74
Resultado Nominal	-315.386,21	-0,001	238.180,35	0,000	553.566,56	-175,52
Dívida Pública Consolidada	1.382.715,17	0,003	1.988.409,67	0,004	605.694,50	43,80
Dívida Consolidada Líquida	1.380.389,56	0,003	1.920.895,52	0,004	540.505,96	39,16

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2009

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2009	52.948.000.000,00
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2009	52.948.000.000,00

Palhano - CE, 14 de abril de 2010

Francisco Nilson Freitas
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores:

2011

AMF - Tabela 3 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										(R\$)	
	2008	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	%
Receita Total	9.479.010,02	10.753.529,91	13,4	13.532.000,00	25,8	14.614.560,00	8,0	16.002.943,20	9,5	17.603.237,52	10,0	10,0
Receitas Primárias (I)	9.453.756,24	10.725.267,53	13,4	13.513.000,00	26,0	14.594.040,00	8,0	15.980.473,80	9,5	17.578.521,18	10,0	10,0
Despesa Total	9.415.354,88	10.752.315,78	14,2	13.532.000,00	25,9	14.614.560,00	8,0	16.002.943,20	9,5	17.603.237,52	10,0	10,0
Despesas Primárias (II)	9.223.880,07	10.591.753,20	14,8	13.232.000,00	24,9	14.290.560,00	8,0	15.648.163,20	9,5	17.212.979,52	10,0	10,0
Resultado Primário	229.876,17	133.514,33	-41,9	281.000,00	110,5	303.480,00	8,0	332.310,60	9,5	365.541,66	10,0	10,0
(III) = (I - II)												
Resultado Nominal	0,00	238.180,35	#DIV/0!	-66.730,55	-128,0	-327.839,17	391,3	-273.814,29	-16,5	-231.021,01	-15,6	-15,6
Dívida Pública Consolidada	1.682.715,17	1.988.409,67	18,2	2.050.004,36	3,1	1.763.003,75	-14,0	1.533.813,26	-13,0	1.349.755,67	-12,0	-12,0
Dívida Consolidada Líquida	1.682.715,17	1.920.895,52	14,2	1.854.164,97	-3,5	1.526.325,80	-17,7	1.252.511,51	-17,9	1.021.490,50	-18,4	-18,4

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2008	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	%
Receita Total	10.305.798,94	11.217.007,05	8,8	13.532.000,00	20,6	13.998.620,69	3,4	14.692.312,52	5,0	15.496.733,89	5,5	5,5
Receitas Primárias (I)	10.278.342,45	11.187.526,56	8,8	13.513.000,00	20,8	13.978.965,52	3,4	14.671.683,35	5,0	15.474.975,25	5,5	5,5
Despesa Total	10.236.591,60	11.215.740,59	9,6	13.532.000,00	20,7	13.998.620,69	3,4	14.692.312,52	5,0	15.496.733,89	5,5	5,5
Despesas Primárias (II)	10.028.415,76	11.048.257,76	10,2	13.232.000,00	19,8	13.688.275,86	3,4	14.366.588,78	5,0	15.153.176,39	5,5	5,5
Resultado Primário	249.926,69	139.268,80	-44,3	281.000,00	101,8	290.689,66	3,4	305.094,58	5,0	321.798,86	5,5	5,5
(III) = (I - II)												
Resultado Nominal	0,00	248.445,92	#DIV/0!	-66.730,55	-126,9	-314.022,19	370,6	-251.389,08	-19,9	-203.375,72	-19,1	-19,1
Dívida Pública Consolidada	1.829.486,85	2.074.110,13	13,4	2.050.004,36	-1,2	1.688.700,91	-17,6	1.408.194,95	-16,6	1.188.236,22	-15,6	-15,6
Dívida Consolidada Líquida	1.829.486,85	2.003.686,12	9,5	1.854.164,97	-7,5	1.461.997,89	-21,2	1.149.931,63	-21,3	899.253,13	-21,8	-21,8

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO			
2008	2009	2010	2013
5,90	4,23	4,31	4,29
VALORES DE REFERÊNCIA			
Valor x Índice	Valor x Índice	Valor x Índice	Valor / Índice
1,0872	1,0431	1,000	1,1359

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Palhano - CE, 14 de abril de 2010

Francisco Nelson Freitas
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

2011

AMF - Tabela 4 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009	%	2008	%	2007	%
Patrimônio / Capital	2.006.014,00	100,00	1.897.898,14	100,00	2.485.726,90	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.006.014,00	100,00	1.897.898,14	100,00	2.485.726,90	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

(R\$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009	%	2008	%	2007	%
Patrimônio / Capital	9.097,15	100,00	8.492,99	100,00	102.270,91	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.097,15	100,00	8.492,99	100,00	102.270,91	100,00

Fonte:

Palhano - CE, 14 de abril de 2010

Francisco Nelson Freitas

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

2011

AMF - Demonstrativo V (LRF, Art. 4º, §2º, inciso III)

	(R\$)		
RECEITAS REALIZADAS	2009 (a)	2008 (b)	2007 (c)
Alienação de Bens Móveis	12.500,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2009 (d)	2008 (e)	2007 (f)
DESPESAS DE CAPITAL	12.500,00	0,00	0,00
Investimentos	12.500,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2009	2008	2007
	(g) = ((Ia-IIId) + IIIh)	(h) = ((Ib-IIe) + IIIi)	(I) = (Ic - IIif)
Valor (III)	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Francisco Nilson Freitas
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

2011

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

RECEITAS		2007	2008	2009	(R\$)
RECEITAS CORRENTES					
Receita de Contribuições dos Segurados					
Pessoal Civil		308.318,48	250.685,94	284.346,09	
Pessoal Militar		189.663,29	189.459,29	186.809,88	
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial		0,00	0,00	96.403,58	
Receita de Serviços		242,78	2.112,44	1.132,63	
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS		118.412,41	59.114,21	0,00	
Demais Receitas Correntes		114.253,76	50.933,59	0,00	
		4.158,65	8.180,62	0,00	
RECEITA DE CAPITAL					
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	47.122,25	
Receita de Contribuições		0,00	0,00	47.122,25	
Patronal		0,00	0,00	47.122,25	
Pessoal Civil		0,00	0,00	47.122,25	
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III)		-	-	-	

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

2011

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

DESPESAS	2007	2008	2009
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes	39.709,16	59.894,16	52.982,00
Despesas de Capital	39.709,16	55.239,16	52.982,00
PREVIDÊNCIA			
Pessoal Civil	0,00	4.655,00	0,00
Pessoal Militar	189.756,06	293.173,47	277.882,18
Outras Despesas Previdenciárias	189.756,06	293.173,47	277.882,18
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	229.465,22	353.067,63	330.864,18
Saldo das disponibilidades financeiras do exercício anterior ao exercício de 2007 era R\$ >>	78.853,26	-102.381,89	604,16

Nota:

O saldo das disponibilidades financeiras do exercício anterior ao exercício de 2007 era R\$ >>

24.311,24

Palhano - CE, 14 de abril de 2010.

Francisco Wilson Freitas
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

2011

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2010	477.000,00	348.000,00	129.000,00	130.386,97
2011	496.080,00	361.920,00	134.160,00	264.546,97
2012	515.923,20	376.396,80	139.526,40	404.073,37
2013	536.560,13	391.452,67	145.107,46	549.180,83
2014	558.022,53	407.110,78	150.911,75	700.092,58
2015	580.343,43	423.395,21	156.948,22	857.040,80
2016	603.557,17	440.331,02	163.226,15	1.020.266,96
2017	627.699,46	457.944,26	169.755,20	1.190.022,16
2018	652.807,44	476.262,03	176.545,41	1.366.567,57
2019	678.919,73	495.312,51	183.607,22	1.550.174,79
2020	706.076,52	515.125,01	190.951,51	1.741.126,30
2021	734.319,58	535.730,01	198.589,57	1.939.715,87
2022	763.692,37	557.159,21	206.533,16	2.146.249,03
2023	794.240,06	579.445,58	214.794,48	2.361.043,51
2024	826.009,67	602.623,40	223.386,26	2.584.429,78
2025	859.050,05	626.728,34	232.321,71	2.816.751,49
2026	893.412,05	651.797,47	241.614,58	3.058.366,07
2027	929.148,54	677.869,37	251.279,16	3.309.645,23
2028	966.314,48	704.984,15	261.330,33	3.570.975,56
2029	1.004.967,06	733.183,51	271.783,54	3.842.759,11
2030	1.045.165,74	762.510,85	282.654,89	4.125.413,99
2031	1.086.972,37	793.011,29	293.961,08	4.419.375,07
2032	1.130.451,26	824.731,74	305.719,52	4.725.094,60
2033	1.175.669,31	857.721,01	317.948,31	5.043.042,90
2034	1.222.696,09	892.029,85	330.666,24	5.373.709,14
2035	1.271.603,93	927.711,04	343.892,89	5.717.602,03
2036	1.322.468,09	964.819,49	357.648,60	6.075.250,63
2037	1.375.366,81	1.003.412,26	371.954,55	6.447.205,17
2038	1.430.381,48	1.043.548,76	386.832,73	6.834.037,90
2039	1.487.596,74	1.085.290,71	402.306,04	7.236.343,94
2040	1.547.100,61	1.128.702,33	418.398,28	7.654.742,22
2041	1.608.984,64	1.173.850,43	435.134,21	8.089.876,43
2042	1.673.344,02	1.220.804,44	452.539,58	8.542.416,01
2043	1.740.277,78	1.269.636,62	470.641,16	9.013.057,17
2044	1.809.888,89	1.320.422,09	489.466,81	9.502.523,98
2045	1.882.284,45	1.373.238,97	509.045,48	10.011.569,46
2046	1.957.575,83	1.428.168,53	529.407,30	10.540.976,76
2047	2.035.878,86	1.485.295,27	550.583,59	11.091.560,35
2048	2.117.314,02	1.544.707,08	572.606,94	11.664.167,28
2049	2.202.006,58	1.606.495,36	595.511,21	12.259.678,50
2050	2.290.086,84	1.670.755,18	619.331,66	12.879.010,16
2051	2.381.690,31	1.737.585,39	644.104,93	13.523.115,08
2052	2.476.957,93	1.807.088,80	669.869,12	14.192.984,21
2053	2.576.036,24	1.879.372,35	696.663,89	14.889.648,10

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

2011

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2054	2.679.077,69	1.954.547,25	724.530,45	15.614.178,54
2055	2.786.240,80	2.032.729,14	753.511,66	16.367.690,21
2056	2.897.690,43	2.114.038,30	783.652,13	17.151.342,34
2057	3.013.598,05	2.198.599,83	814.998,21	17.966.340,55
2058	3.134.141,97	2.286.543,83	847.598,14	18.813.938,69
2059	3.259.507,65	2.378.005,58	881.502,07	19.695.440,76
2060	3.389.887,96	2.473.125,80	916.762,15	20.612.202,91
2061	3.525.483,47	2.572.050,84	953.432,64	21.565.635,55
2062	3.666.502,81	2.674.932,87	991.569,94	22.557.205,49
2063	3.813.162,93	2.781.930,18	1.031.232,74	23.588.438,24
2064	3.965.689,44	2.893.207,39	1.072.482,05	24.660.920,29
2065	4.124.317,02	3.008.935,69	1.115.381,33	25.776.301,62
2066	4.289.289,70	3.129.293,12	1.159.996,59	26.936.298,20
2067	4.460.861,29	3.254.464,84	1.206.396,45	28.142.694,65
2068	4.639.295,74	3.384.643,43	1.254.652,31	29.397.346,96
2069	4.824.867,57	3.520.029,17	1.304.838,40	30.702.185,36
2070	5.017.862,27	3.660.830,34	1.357.031,94	32.059.217,30
2071	5.218.576,76	3.807.263,55	1.411.313,21	33.470.530,51
2072	5.427.319,84	3.959.554,09	1.467.765,74	34.938.296,25
2073	5.644.412,63	4.117.936,26	1.526.476,37	36.464.772,62
2074	5.870.189,13	4.282.653,71	1.587.535,43	38.052.308,05
2075	6.104.996,70	4.453.959,86	1.651.036,84	39.703.344,89
2076	6.349.196,57	4.632.118,25	1.717.078,32	41.420.423,21
2077	6.603.164,43	4.817.402,98	1.785.761,45	43.206.184,66
2078	6.867.291,01	5.010.099,10	1.857.191,91	45.063.376,57
2079	7.141.982,65	5.210.503,06	1.931.479,58	46.994.856,15
2080	7.427.661,95	5.418.923,19	2.008.738,77	49.003.594,92
2081	7.724.768,43	5.635.680,11	2.089.088,32	51.092.683,23
2082	8.033.759,17	5.861.107,32	2.172.651,85	53.265.335,09
2083	8.355.109,54	6.095.551,61	2.259.557,92	55.524.893,01
2084	8.689.313,92	6.339.373,67	2.349.940,24	57.874.833,25
2085	9.036.886,47	6.592.948,62	2.443.937,85	60.318.771,10

Fonte:

Palhano - CE, 14 de abril de 2010

Francisco Nilson Freitas
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita:
2011

AMF - Demonstrativo VII (LRF, Art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

RECEITA		MUNICÍPIO		CONTRIBUINTE		VALOR DA ARRECADAÇÃO JÁ PREVISTO NA LOA	
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA				1.600,00	1.300,00	900,00	
TOTAL				1.600,00	1.300,00	900,00	

Palhano - CE, 14 de abril de 2010

Francisco Wilson Freitas
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhano

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuad

2011

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, Art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

DADOS	
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	0,00

Notas:

Despesas de caráter obrigatório referida na LRF, no caso desta Lei de Diretrizes Orçamentárias não estão sendo previstas por conta do orçamento já está sob controle com relação às metas fiscais, ficando a sua expansão já limitada ao crescimento das receitas, inclusive de convênios.

Palhano - CE, 14 de abril de 2010

Francisco Nelson Freitas
Prefeito Municipal

ARF (LRF, Art. 4º, §3º)

(R\$)

PASSIVOS CONTINGENTES			
Passivos Contingentes	30.000,00		30.000,00
SENTENÇAS JUDICIAIS	30.000,00	ABRIR CRÉDITO ADICIONAL A PARTIR DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.	30.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00		0,00
Demais Riscos Fiscais Passivos			109.000,00
REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO	35.000,00	ABRIR CRÉDITO ADICIONAL A PARTIR DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.	35.000,00
OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCALIS IMPREVISTOS	74.000,00	ABRIR CRÉDITO ADICIONAL A PARTIR DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.	74.000,00
TOTAL	139.000,00		139.000,00

NOTA:

Passivo Contingentes: Obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações, desapropriações, etc.

Riscos Fiscais: Emergência, Calamidade pública, frustrações de arrecadação prevista, despesas planejadas a menor.

Eventos Fiscais Imprevistos: Extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas.

Nota:

A reserva de contingência, alínea "b" do inciso III do art. 5º, destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, redução de despesas e cancelamento de dotações orçamentárias.

Palhano - CE, 14 de abril de 2010

Francisco Nilson Freitas



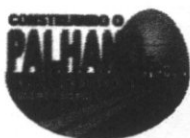
ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO DE PRIORIDADES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

EXERCÍCIO 2.011



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO
GABINETE DO PREFEITO

PRIORIDADES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

PRELIMINARMENTE, o Governo Municipal apresenta de forma genérica as prioridades da Administração Pública de Palhano, para o exercício financeiro de 2011, objetivando munir a quem de direito com as informações necessárias ao acompanhamento da elaboração e execução do Orçamento Anual do ano vindouro, conforme abaixo:

DAS METAS PROGRAMÁTICAS

I - LEGISLATIVA

- a) Garantir o cumprimento das Funções Constitucionais através do funcionamento do Poder Legislativo Municipal.

II - ADMINISTRAÇÃO

- a) Capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores públicos.
- b) Modernização administrativa através da implantação e manutenção da tecnologia da informação.
- c) Desenvolvimento de estudos, pesquisas, projetos e as leis de planejamento (PPA, LDO, LOA).
- d) Executar as atividades relativas ao controle interno.
- e) Promoção e apóio a eventos institucionais.
- f) Publicidade e divulgação das políticas públicas e dos programas da Administração Municipal.
- g) Promover a adequada política nas receitas municipais de modo a obter um aumento nas finanças públicas, utilizando dos meios técnicos mais eficazes e implementar a máquina administrativa com o aperfeiçoamento da informática.
- h) Realização de concurso público para recrutamento de pessoal.

Am



III - SEGURANÇA PÚBLICA

- a) Firmar convênio com as Polícias Civil e Militar objetivando ampliar as condições para melhoramento da segurança pública no Município.

IV - AÇÃO SOCIAL E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA :

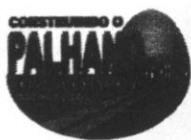
- a) Desenvolvimento de ações comunitárias.
- b) Atendimento a grupos sociais e famílias em estado de vulnerabilidade.
- c) Atendimento a criança e ao adolescente em situação de risco social e pessoal.
- d) Atenção aos grupos de idosos.
- e) Atenção aos grupos especiais.
- f) Implementar programas de formação de mão-de-obra, iniciação e capacitação profissional.
- g) Implementar programas de geração de emprego e melhoria de renda.
- h) Implementar programas de apoio à organização comunitária e de assistência ao idoso, à criança, ao adolescente e a grupos especiais.
- i) Implementar programas de habitação popular destinados à população de baixa renda.
- j) Enfatizar a promoção, organização e legalização das entidades, valorizando lideranças e Associações Comunitárias.
- k) Apoio ao funcionamento dos conselhos municipais.

V - PREVIDÊNCIA SOCIAL :

- a) Manutenção dos benefícios assistências ao segurado.
- b) Pagamento de inativos e pensionistas.

VI - SAÚDE e SANEAMENTO:

- a) Promover o acesso igualitário, geral e irrestrito à saúde, mediante a implantação de políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças.
- b) Melhorar o atendimento primário de saúde, mediante a construção, ampliação, reforma e aparelhamento de unidades da rede física de saúde do Município.
- c) Implantação de melhorias sanitárias domiciliares em áreas periféricas para a população de baixa renda.
- d) Ampliar o sistema de abastecimento d'água tratada.
- e) Melhorar o sistema de destino final do lixo.
- f) Capacitar e reciclar os profissionais da área de saúde.



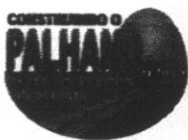
ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO
GABINETE DO PREFEITO

- g) Dar ênfase às ações de saúde preventiva.
- h) Melhorar a eficiência e amplitude nas ações de vigilância sanitária, com o combate intensivo às doenças transmissíveis e endêmicas.
- i) Contratar mais profissionais da área de saúde para melhor atender à população.
- j) Melhorar o atendimento primário de saúde, mediante a construção, ampliação, reforma e aparelhamento de unidades da rede física de saúde do Município.
- l) Promover as melhorias sanitárias domiciliares em áreas periféricas para a população de baixa renda.
- m) Ampliar o sistema de abastecimento d'água tratada.
- n) Propiciar o sistema de destino final do lixo.
- o) Capacitar e reciclar os profissionais da área de saúde, através da realização de cursos.
- p) Dar ênfase às ações de saúde preventiva.
- q) Promover um trabalho mais eficaz nas ações de vigilância sanitária, com o combate intensivo às doenças transmissíveis e endêmicas.
- r) Assegurar a melhoria da qualidade de vida da população, através da implantação de drenagem em vias urbanas - em áreas críticas de doenças ligadas ao saneamento.
- s) Propiciar o atendimento ambulatorial e ações promocionais de saúde a pessoas, transportando os pacientes para outros centros mais desenvolvidos, quando necessário.
- t) Garantir a defesa do meio-ambiente ecologicamente equilibrado.

VII- EDUCAÇÃO/CULTURA/DESPORTO:

- a) Promover e incentivar o acesso à educação de jovens e adultos, visando o pleno desenvolvimento cultural, educacional da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- b) Promover a construção, ampliação e reforma das unidades físicas da Rede de Ensino, principalmente do Fundamental.
- c) Garantir da universalização do ensino, inclusive ensino médio, mediante a expansão da oferta de vagas decorrente da construção, ampliação, reforma e reaparelhamento de unidades escolares e da utilização plena da capacidade instalada da rede de ensino municipal, e incentivo ao ensino superior através de convênio.
- d) Garantir da ampliação do atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade em creches mediante a implantação de novas unidades.
- e) Melhorar a qualidade de ensino, envolvendo a capacitação e a valorização dos profissionais de educação e da implantação de um planejamento educacional

hi



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO
GABINETE DO PREFEITO

eficiente que estimule um melhor desempenho desses profissionais e a assiduidade dos alunos.

f) Implementar Programas de Apoio ao ensino para jovens e adultos e à educação especial, compreendendo inclusive, a distribuição de merenda escolar, de livros didáticos e de material de apoio pedagógico.

g) Melhorar a qualidade de ensino, envolvendo a capacitação e a valorização dos profissionais de educação e da implantação de um planejamento educacional eficiente que estimule um melhor desempenho desses profissionais e a assiduidade dos alunos.

h) Implementar Programas de apoio ao ensino para jovens e adultos e à educação especial, compreendendo inclusive, a distribuição de merenda escolar, de livros didáticos e de material de apoio pedagógico.

i) Assegurar a implantação de quadras de esportes.

j) Apoiar as manifestações populares.

l) Dotar as unidades escolares de equipamentos adequados ao ensino.

m) Distribuir livros didáticos e material escolar aos alunos carentes do Município.

n) Proporcionar o transporte de estudantes do ensino médio, atendidos os do ensino Fundamental.

o) Incentivar e dar apoio aos eventos culturais, folclóricos, religiosos e artísticos.

p) Apoiar, organizar e promover eventos esportivos.

VIII - AGRICULTURA

a) Garantir apoio aos Projetos de Agricultura, principalmente as ações em conjunto com os agricultores rurais, incentivando a criação de Cooperativas Agrícolas, distribuindo sementes, prestando assistência técnica e material aos agricultores.

b) Assegurar a Construção e reforma de mercado, matadouros e pequenos centros de abastecimento.

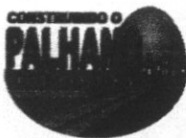
c) Conceder apoio aos Projetos de Agricultura, principalmente às ações em conjunto com os agricultores rurais, incentivando a criação de Cooperativas Agrícolas.

d) Propiciar aradagem de terras para o plantio de modo geral.

e) Garantir a contrapartida do seguro safra.

IX - ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

plm



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO
GABINETE DO PREFEITO

- a) Ampliar a rede de abastecimento d'água, envolvendo a construção de poços, cacimbas, chafarizes, açudes e passagens molhadas.
- b) Ampliar, com a colaboração dos governos estadual e federal, a rede de energia elétrica em vários locais da municipalidade.
- c) desenvolver pequenos sistemas de irrigação.

X - HABITAÇÃO E URBANISMO

- a) Implementar Programa de habitação popular destinado à população de baixa renda.
- b) Contribuir para a redução do déficit habitacional das famílias de baixa renda, mediante recuperação e construção de moradias populares.
- c) Implantar e recuperar a urbanização de vias públicas.
- d) Melhorar as condições dos cemitérios públicos.
- e) Garantir a iluminação pública, principalmente nas regiões mais carentes.
- f) Realizar obras de recuperação e construção de praças públicas.
- g) Implantar as melhorias do sistema viário, incluindo a drenagem urbana.
- h) Implementar obras de construção, ampliação e melhoria de prédios públicos, incluindo a aquisição de imóveis.

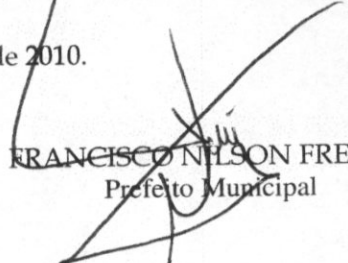
XI - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

- a) Implementar programas de geração de emprego e melhoria de renda.
- b) Incentivar a implantação de indústrias no Município.
- c) Implementar programas de apoio ao micro-empresário e de fomento ao comércio varejista / atacadista e serviços.
- d) Promover o Turismo local.

XII - TRANSPORTE

- a) Garantir a construção, reforma e manutenção das estradas vicinais, visando o desenvolvimento econômico do Município.
- b) Assegurar a construção de abrigos para passageiros nas estradas.
- c) Garantir a construção de obras d'artes nas estradas municipais.
- d) Assegurar a construção de terminais intermodais.

Palhano-Ce, 14 de abril de 2010.


FRANCISCO NELSON FREITAS
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO
Gabinete do Prefeito

- a) Ampliar a rede de abastecimento d'água, envolvendo a construção de poços, cacimbas, chafarizes, açudes e passagens molhadas.
- b) Ampliar, com a colaboração dos governos estadual e federal, a rede de energia elétrica em vários locais da municipalidade.
- c) desenvolver pequenos sistemas de irrigação.

X- HABITAÇÃO E URBANISMO

- a) Implementar Programa de habitação popular destinado à população de baixa renda.
- b) Contribuir para a redução do déficit habitacional das famílias de baixa renda, mediante recuperação e construção de moradias populares.
- c) Implantar e recuperar a urbanização de vias públicas.
- d) Melhorar as condições dos cemitérios públicos.
- e) Garantir a iluminação pública, principalmente nas regiões mais carentes.
- f) Realizar obras de recuperação e construção de praças públicas.
- g) Implantar as melhorias do sistema viário, incluindo a drenagem urbana.
- h) Implementar obras de construção, ampliação e melhoria de prédios públicos, incluindo a aquisição de imóveis.

XI - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

- a) Implementar programas de geração de emprego e melhoria de renda.
- b) Incentivar a implantação de indústrias no Município.
- c) Implementar programas de apoio ao micro-empresário e de fomento ao comércio varejista / atacadista e serviços.
- d) Promover o Turismo local.

XII - TRANSPORTE

- a) Garantir a construção, reforma e manutenção das estradas vicinais, visando o desenvolvimento econômico do Município.
- b) Assegurar a construção de abrigos para passageiros nas estradas.
- c) Garantir a construção de obras d'artes nas estradas municipais.
- d) Assegurar a construção de terminais intermodais.

Palhano-Ce, 20 de maio de 2010.


FRANCISCO NILSON FREITAS
Prefeito Municipal